



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Parque Nacional da Serra da Bocaina



MEMÓRIA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DO
PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BOCAINA

LOCAL: Auditório do ICMBio - Paraty/RJ.

DATA: 01/11/2017

HORA: 09h35 às 12h50.

PARTICIPANTES:

Mario Douglas Fortini - Chefe do PARNA Serra da Bocaina; **Francisco Livino, Graziela Barros, Maristela Resendes e Thiago Rabello** - Analistas Ambientais do PARNA Serra da Bocaina; **Lindonaldo Almeida (Ney), Iliel Rosa, Natália Fidelis Bahia, Pedro Henrique Oliveira Amorim, Claudionor Lopes de Oliveira** - Assoc. de Barqueiros e Pequenos Pescadores de Trindade; **Juliano Gobbi, Gilmar Lima, Gilberto Lima da Silva, Paulo José de Alcantara** - Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro; **Lucas do Carmo Belchior, Jim Ishikawa, Davi Paiva e Jonas Alves da Silva** - Associação de Moradores de Trindade; **Monica Nemer** - Secretaria Municipal do Ambiente de Paraty; **Paula Breves** - Sociedade Ecoatlântica; **Suzana Muniz Ramineli** – Projeto Cavalos do Mar; **Nelson Ferreira Junior** - Universidade Federal do Rio de Janeiro, **César Marcos Vieira e Adeline** - Associação dos Produtores Rurais do Vale Mambucaba, **Thaiane Oliveira Arruda** - UFRJ/GAPIS, **Clara Melo** - Associação dos Moradores da Forquilha, **Janaina Ariston** - EMATER Rio, **Sueli de Lima, Marina Cardozo do Carmo Faria, Mariana R. Fahl**.

PAUTA:

- Balanço da gestão do Francisco Livino como chefe do Parque Nacional; Apresentação do novo chefe do PARNA da Serra da Bocaina (conversa com os conselheiros: esclarecimento de dúvidas quanto à nova gestão do Parque e perspectivas); Informes gerais; Apresentação do Projeto de pesquisa da Thaiane Oliveira (Participação na gestão de áreas protegidas: a comunidade caiçara de Trindade no Parque Nacional da Serra da Bocaina).

DISCUSSÕES DA PAUTA:

a) Início da reunião

A reunião realizada no dia 1º de novembro de 2017 iniciou às 09h35, com a secretária do conselho, Maristela Resendes, dando as boas vindas aos participantes e apresentando o novo chefe do PARNA da Serra da Bocaina. Em seguida a secretária apresentou a pauta da reunião informando que a pesquisadora Thaiane Oliveira gostaria de apresentar seu projeto aos conselheiros. Todos os presentes concordaram com a apresentação da pesquisa como sendo a última pauta da reunião. Maristela indicou que fosse estipulado um tempo máximo para o termino da reunião, sugerindo que fosse às 14h, devido à pauta ser objetiva. Todos os presentes concordaram que a reunião terminasse até às 14h.

b) Balanço da gestão do analista ambiental Francisco Livino como chefe do Parque

A apresentação iniciou com o Livino informando que foram nove anos a frente do PARNA Serra da Bocaina muito bem vividos. Logo que ele chegou ao Parque Nacional foi elaborado o Projeto Nova Imagem, neste projeto estava previsto basicamente a estruturação física nos principais pontos de visitação da Unidade de Conservação. Na sua gestão conseguiu avanços importantes, mas não conseguiu atingir a conclusão das metas do projeto. Livino ressaltou que ao contrário que se fala ele não foi “tirado” da chefia do Parque Nacional, houve um consenso de que uma transição era necessária, devido ao desgaste natural do trabalho, o que foi levado à Direção pelo próprio Livino. Ele fez uma apresentação sucinta do novo chefe ressaltando suas características e falou que há aproximadamente um ano esta alteração de chefia no Parque Nacional estava sendo conversada entre ele e o Douglas. Livino ressaltou que hoje existe uma forte interface do Parque com os atores locais,

notadamente nos municípios de maior atuação pelo ICMBio: Paraty, Angra dos Reis, Cunha e São José do Barreiro. Ressaltou que pela Mata Atlântica ser um dos biomas mais ameaçados no Brasil deveria ser uma obrigação de toda a sociedade proteger as áreas para o uso fruto das futuras gerações. A maior parte do esforço de sua gestão foi em Trindade começando com o ordenamento inicial da visitação. Através dessas operações foi possível, dentre outros avanços, fazer a contagem e identificar o perfil dos visitantes. Ainda em Trindade realizou a desocupação da Praia do Meio (bares e estacionamentos); Mediação de conflitos sociais, contando com parceria e diálogo com AMOT e ABAT; fez o resgate do terreno de marinha; Celebração do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) judicial do Sítio Caixa d’Aço (localizado acima da piscina natural); Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRAD) do terreno de marinha através da condicionante da Eletronuclear; Elaboração dos projetos de arquitetura para o Centro de Visitantes; discussão e aprovação no conselho da monitoria do Plano de Manejo da área Estratégica Interna de Trindade que ainda está em análise em Brasília. Foram realizadas as seguintes ações para a Estrada Paraty-Cunha: revisão do Plano de Manejo; Elaboração dos projetos executivos para infraestruturas (Sede, centro de visitantes, guaritas e alojamentos); Autorização e acompanhamento do licenciamento e obras de pavimentação; Cobrança pelo cumprimento das condicionantes (incluindo, ao final, pelo descumprimento, multa diária e instauração de ACP) e viabilizou as ferramentas para o monitoramento e controle da estrada que estão próximos a serem concluídas. No Caminho de Mambucaba sua gestão contribuiu para: a perenização da estrada SP221 que por sua vez viabilizou o aumento da visitação no PARNA da Serra da Bocaina; implantação do posto de controle de acessos no Sítio Pessegueiro; Instauração do processo licitatório para a construção da base gerencial avançada do Sertão do Mambucaba; Elaboração de PRAD para extração dos talhões de exóticas (condicionante Angra III). Ações de gestão na Pedra da Macela foram: Celebração de Termo de Compromisso com FURNAS para mitigação e compensação dos impactos do empreendimento; Revisão do Plano de Manejo; Desocupação das estruturas da ELEKTRO; Notificação das demais estruturas (Ass. Radioamadores do Mambucaba, Paraty.com, Rádio Mania e Rural Telecom). Na consolidação territorial foi possível avançar nos seguintes pontos: Consolidação cartográfica dos limites do Parque Nacional; Elaboração da malha fundiária; Desapropriação do Sítio Pessegueiro; Instrução processual para desapropriação das glebas Trindade, São Tomé e Sítio das Gramas; Demarcação das fazendas do Núcleo Colonial Senador Vergueiro; Instrução dos processos de indenização de diversas posses no Núcleo Colonial Senador Vergueiro (NCSV). Com relação à captação de recursos conseguiu-se avançar com: Captação de aproximadamente de 85 milhões de reais da compensação ambiental; Instrução processual do Termo de Parceria para Gestão Compartilhada (execução de 9 milhões de compensação ambiental + recursos a serem captados pelo parceiro); Elaboração dos estudos e projetos para Concessão de Serviços de recepção, controle e cobrança da visitação (9 milhões em investimentos, 90 milhões em custeio por 12 anos); Celebração de Acordo de Cooperação com a SOS Mata Atlântica; Operacionalização da parceria com a Econsenso. Além das ações gerais: Criação e operacionalização do Conselho Consultivo; Implantação do programa de voluntariado; Autuação e cadastramento de mais de uma centena de ocupações; Demolição de mais de quarenta ocupações no interior do Parque, dentre ordens judiciais e demolições cautelares; Apreensão e prisão de cinco caçadores; Fortalecimento da equipe de analistas ambientais: de 1 para 8.

c) Apresentação do novo chefe do PARNA da Serra da Bocaina, Mario Douglas Fortini

Douglas iniciou solicitando que os presentes se apresentassem. Falou sobre sua experiência como analista ambiental, como mediador de conflitos e como coordenador regional em Lagoa Santa/MG por seis anos. Informou que prioriza a conversa e que no momento atual do Parque Nacional esta característica é fundamental. Enfatizou sobre a importância das instituições locais serem aliadas do Parque Nacional ao invés de serem adversárias. Principalmente em Paraty tem grandes opressores históricos que não é o ICMBio. Douglas se dispôs ao diálogo e a construção. Elogiou o posicionamento do Livino, de sair da chefia da UC e continuar contribuindo como membro da equipe do PARNA Serra da

Bocaina para apoiar na transição de chefia, o que classificou como posicionamento nobre, ressaltou que este tipo de transição é raro em uma instituição pública. Douglas falou que o limite das ações do Parque Nacional será o processo judicial e/ou administrativo, mas que vai fazer o máximo para conciliar a aproximação de posicionamento entre moradores locais e Parque Nacional. É fundamental que cada um com sua função, obrigação e responsabilidade contribua com a gestão do território. Após a apresentação das perspectivas e perfil de gestão, Douglas iniciou os informes gerais. Destacou que o Parque Nacional tem muito dinheiro, mas que por vários motivos é difícil acessar estes recursos, mas que pelo menos terá R\$2.000,00/mês oriundo de um convênio assinado entre ICMBio e SOS Mata Atlântica. Destacou que a ONG não terá gerência sobre as ações a serem executadas com o recurso deste convênio. Este dinheiro servirá para resolver questões básicas para o funcionamento da UC, como por exemplo, conserto de veículos que estão parados por problemas mecânicos simples. Informou que foi apresentado à SOS Mata Atlântica um projeto na área temática de Gestão Participativa, que viabilizará atividades para o conselho consultivo e no Programa de Voluntariado, para que a instituição busque apoio financeiro para a execução do projeto. Com relação às ações de gestão que vem sendo realizadas no Parque Nacional, Douglas informou que não tem intenção de interferir, principalmente as que estão acontecendo e fluindo satisfatoriamente. Disse ainda que qualquer mudança de gestão deverá ser conversada com os atores sociais envolvidos. Douglas enfatizou que a maioria das solicitações dos moradores locais é convergente com o Parque Nacional (ex.: formalização com da Associação de Barqueiros de Trindade, Apoio no ordenamento de Trindade – Plano Verão etc.), contudo há divergências como, por exemplo, o limite do Parque Nacional, porém, não é no âmbito da equipe do Parque que será discutida esta questão. Está prevista a manutenção das operações de ordenamento do Uso Público em Trindade, a proposta é realizar operação também em períodos além dos feriados, com objetivo de manter as praias limpas. O chefe do Parque atualizou os conselheiros sobre a realidade dos incêndios que ocorreram na Unidade de Conservação este ano, aproximadamente 1.000ha no seu interior. Um representante da Associação de Moradores de Trindade informou que em Trindade foram apagadas três queimadas este ano na beira da cachoeira. Destacou que recentemente foi iniciada a identificação dos veículos que estacionam na Praia de Meio e dos veículos de carga que passam pela Estrada Paraty-Cunha no interior do Parque para que seus responsáveis sejam autuados. Após os informes gerais Douglas abriu para os presentes fazerem as considerações e questionamentos.

O representante da ABAT, Ney, enfatizou que a presença do Parque é necessária, à noite acontecem *heavys* no interior da Unidade de Conservação (UC). Disse que os moradores de Trindade até respeitam as normas do Parque, o problema maior é com as pessoas de fora da Vila. Douglas disse que a solução é a implementação da estrutura física do Parque Nacional e que a equipe da UC está empenhada para que os pontos de convergências (Comunidade e Parque) sejam mantidos e que se tornem políticas públicas (ex.: conteúdo do projeto básico da concessão). A solução definitiva para Trindade é a presença integral do Parque Nacional no local, para isso, é necessário ter uma infraestrutura básica na área. Apesar da UC ter muito dinheiro que poderia ser utilizado para a construção da infraestrutura em Trindade é difícil conseguir acessar o recurso.

O representante da Associação de Produtores Rurais do Vale Mambucaba, César Vieira, disse que o diálogo deve ser mais aberto e espera que a parceria realmente aconteça. Não é atuando e tirando as pessoas de dentro do Parque que vai acontecer a parceria. Douglas disse que o Conselho Consultivo é uma ferramenta importante para participar na construção do que se vai fazer no Parque Nacional.

Jonas, ex-presidente da ABAT, disse que é importante uma reunião do novo chefe do Parque Nacional com os moradores de Trindade para apresentar formalmente o novo rumo de gestão da UC. Douglas informou que antes de ter essa reunião com os moradores tem que conhecer um pouco mais a realidade do Parque Nacional, se apropriar mais para que tenha firmeza nos assuntos a serem discutidos com os moradores, enfatizou que a reunião deverá acontecer mais breve possível.

Davi, da Associação de Moradores de Trindade, solicitou uma reunião urgente entre a associação de

moradores, com as UCs existentes em Trindade e a Prefeitura de Paraty para discutir o Plano Verão (ex.: Instalação de banheiros químicos no interior do Parque, presença de bombeiros em Trindade etc.). Complementou dizendo que o Parque Nacional deve ampliar sua visão, de forma a melhorar a sintonia/atuação com a APA Cairuçu. Douglas informou após a reunião do conselho irá definir a data da reunião do Plano Verão com os atores envolvidos. Com relação a atuação em conjunto com a APA informou que quer trabalhar a visão de território envolvendo as demais UCs locais. Complementou enfatizando que se as UCs não se organizarem com as instituições locais todos serão atropelados.

César Vieira, disse que é importante o Parque incentivar o fortalecimento do turismo envolvendo as comunidades locais. Douglas informou que a equipe do Parque Nacional está trabalhando com afinco para que a concessão de todas as atividades acessórias seja operada pela comunidade local complementou dizendo que o edital da concessão tem que sair até março de 2018, antes do início do período eleitoral.

O presidente da ABAT, Iliel Rosa, cobrou agilidade na retomada do GT de formalização da atividade da ABAT realizada no interior do Parque Nacional. Douglas disse que a ABAT tem que sair da informalidade o mais rápido possível.

A representante da Associação de Moradores da Forquilha, Clara Melo, pediu atenção especial na liberação de energia para os moradores da Forquilha e informou sobre o aumento do turismo na Forquilha inclusive com o envolvimento das agências de turismo de Paraty. Douglas informou que a Forquilha será discutida e trabalhada através do Conselho Consultivo.

Sueli de Lima perguntou se o atual chefe do Parque conversará sobre os processos que estão judicializados, Douglas respondeu que estes processos serão resolvidos na justiça, por estarem fora da governança do Parque Nacional, mas, que ele está aberto para as conversas.

César Vieira perguntou qual é o estilo de trabalho do novo chefe e se ele irá cumprir a lei conforme está no papel ou se haverá diálogo com os moradores locais. Perguntou também se o chefe pode alterar os limites do Parque. Douglas respondeu que algumas questões são opção da gestão enquanto outras são obrigações legais, neste segundo caso não há alternativas a serem adotadas, tem que ser cumprido o que determina a lei. Complementou dizendo que o posseiro de má fé não tem direito a indenização, já o posseiro de boa fé tem direitos e há várias soluções possíveis, porém, permanecer dentro da Unidade de Conservação não é uma solução definitiva. Com relação à questão dos limites, Douglas informou que conforme já dito antes, este assunto não é tratado no âmbito da equipe do Parque Nacional. Com a equipe da Unidade de Conservação são discutidos e tratados acordos temporários, como por exemplo, a construção de termo de compromisso que deverá vigorar até que a solução definitiva seja regularizada, ou se não houver convergência as questões serão discutidas junto à Justiça Federal. Douglas enfatizou que quer muito trabalhar e investir tempo na construção e formalização dos termos de compromisso. Enfatizou também que ele é obrigado a seguir a lei. Ressaltou que vai buscar junto à sede do ICMBio e junto à Procuradoria Federal Especializada (PFE) a legalidade de construção de Termos de Compromisso com posseiros de boa fé. Mais uma vez, Douglas fez questão de destacar que vai buscar uma convivência mais harmônica possível com os moradores locais além de buscar um equilíbrio entre a realidade da existência do Parque Nacional e a realidade local, sendo que cada um com sua função, obrigação e responsabilidade possa contribuir com a gestão do território. Fez questão de informar que as rotinas de atividades que já estão acontecendo no Parque Nacional serão continuadas, pois isso é responsabilidade. Falando sobre a proposta de sua gestão, Douglas disse que nos sertões a proposta é primeiramente fazer o mapeamento do local para que em seguida seja realizada a identificação dos responsáveis pelas ocupações no interior do Parque Nacional e na sequência trabalhar a regularização fundiária. A solução definitiva não é o termo de compromisso que são temporários, porém, não tem tempo pré-estabelecido.

d) Apresentação do Projeto de pesquisa: Participação na gestão de áreas protegidas: a comunidade caiçara de Trindade no Parque Nacional da Serra da Bocaina

Thaiane Oliveira, estudante de mestrado do Programa de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da UFRJ, apresentou a pesquisa sobre gestão participativa em áreas protegidas. Esta pesquisa busca compreender o modo de participação da comunidade caiçara de Trindade na gestão do Parque Nacional da Serra da Bocaina, por meio do conselho consultivo. O título da pesquisa é "*Participação na gestão de áreas protegidas: a comunidade caiçara de Trindade no Parque Nacional da Serra da Bocaina*". Segundo Thaiane, a escolha por Trindade para a realização da pesquisa, se deve ao fato desta localidade receber o maior fluxo de visitantes, com relação às demais áreas do Parque, o que causa grande impacto no modo de vida caiçara, no meio onde vivem e trabalham, e por essa região apresentar maiores desafios à gestão. A análise será referente à participação da comunidade representada pela Associação de Moradores de Trindade; Associação de Defesa do Povo Tradicional de Trindade; Associação de Barqueiros e Pequenos Pescadores de Trindade; e Coordenação Nacional Caiçara. O objetivo deste estudo é analisar como acontece o processo de participação na gestão do Parque e interpretar o que os representantes das instituições entendem por participação no espaço do conselho. Para desenvolver esta pesquisa serão utilizados alguns métodos de coleta de dados que são: 1) Pesquisa em diversas fontes como livros, artigos, documentos de políticas públicas e de legislação sobre participação social, gestão participativa em áreas protegidas, conselhos gestores em unidades de conservação, comunidades caiçaras, Trindade e o Parque Nacional da Serra da Bocaina; e 2) Acompanhamento das reuniões do conselho e realização de uma dinâmica de grupos com objetivo de diagnosticar o processo participativo na gestão do Parque. A pesquisa está prevista para ser finalizada em abril de 2018, e o resultado será entregue aos conselheiros do PARNA da Serra da Bocaina.

e) Encaminhamentos

- Na próxima reunião do Conselho apresentar a imagem com os limites do Parque Nacional e também o projeto arquitetônico da infraestrutura a ser construída em Trindade.
- Apresentar na próxima reunião do conselho a atualização do projeto básico de concessão.
- Marcar com as instituições de Trindade uma reunião para discutir o Plano Verão para o local a ser implementado durante a alta temporada.
- Marcar reunião de formalização da ABAT (passeio de barco no interior do Parque Nacional).
- Marcar, via *whatsapp*, reunião do Grupo de Trabalho de Gestão de Uso Conflitante.
- Marcar, via *whatsapp*, reunião do Grupo de Trabalho de Turismo - Caminho de Mambucaba.
- Passar *e-mail* dos conselheiros de Trindade para a pesquisadora Thaiane.
- Enviar para todos os conselheiros a data de reunião com as instituições de Trindade sobre a pesquisa da Thaiane, para que as pessoas interessadas em acompanhar o trabalho possam participar da reunião.

Às 13h30 foi encerrada a reunião ordinária do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Bocaina.

Considerando que todas as principais discussões foram relatadas e, nada mais havendo a lavar, encerro a presente Memória de Reunião com 6 (seis) páginas. Redigiu a presente Memória de Reunião a Secretária Executiva do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Bocaina, Maristela Resendes, com a devida revisão do presidente do conselho, Mario Douglas Fortini.

ARQUIVO FOTOGRÁFICO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BOCAINA, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO ICMBIO EM PARATY/RJ NO DIA 1º DE NOVEMBRO DE 2017.



Fotos 1 e 2: Participantes da Reunião Ordinária do Conselho Consultivo.